

Indicadores do setor de Saneamento Básico (água e esgoto) em Ribeirão Preto e a Evolução dos Investimentos

Os serviços de água e esgoto em Ribeirão Preto são de responsabilidade do DAERP (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto), autarquia municipal criada em 1969, responsável por todos os serviços de captação, tratamento e distribuição de água potável no município, além da coleta, afastamento e tratamento de esgoto, sendo este último serviço prestado pela concessionária privada Ambient, que obteve a concessão em 1995.

Recentemente foi divulgado o Plano Municipal de Saneamento Básico de Ribeirão Preto, que visa definir o modelo político-institucional, organizacional, gerencial e operacional mais apropriado para garantir a prestação de serviço adequado e universalizado aos cidadãos de Ribeirão Preto, de modo sustentável. Neste plano foi relatada a atual situação dos sistemas de abastecimento de água e esgoto do município e as diretrizes a serem tomadas para sua recuperação, visto que grande parte do setor se encontra defasado e com grande necessidade de manutenção e investimentos. Além disso, também foi relatada a preocupação iminente com a extrema dependência do município em relação a sua única fonte de captação de água atualmente, o aquífero Guarani.

O município de Ribeirão Preto apresenta indicadores bastante favoráveis em relação à cobertura dos serviços de água e

esgoto, mas também uma série de problemas relativos à eficiência. Por exemplo, elevado índice de perda de água e de faturamento e baixos níveis de investimento. O objetivo desta Nota Técnica é apresentar alguns indicadores sobre a situação do saneamento básico em Ribeirão Preto comparando com indicadores de referência do país, do estado e da região. Toda análise é baseada em dados do SNIS (Sistema Nacional de Informações de Saneamento Básico), cujas informações são fornecidas pelo próprio município.

1. ACESSO AOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

O índice de atendimento urbano de água, bem como o índice de atendimento total de água, são de 100% no município. O índice de atendimento total de esgoto, que representa o percentual da população total do município com abastecimento de água e que também é atendida com esgotamento sanitário, é de 98,50%; o índice de coleta de esgoto, que representa a proporção entre o volume de esgoto coletado e o volume de água consumido, é de 81,05%; e o de tratamento de esgoto é de 100% do esgoto coletado. Estes indicadores são muito superiores à média estadual, da região Sudeste e do país conforme tabela a seguir.

¹ Os autores são, respectivamente: Professor Titular do Departamento de Economia da FEARP-USP, economista formada pela FEARP-USP e graduando em Economia (FEARP-USP).

Tabela 1 – Indicadores de Acesso (%)

Indicador	Ribeirão Preto	Estado de SP	Região Sudeste	Brasil
Índice atendimento total de água	100,00%	95,77%	91,73%	83,03%
Índice atendimento urbano de água	100,00%	98,61%	96,83%	93,16%
Índice atendimento total de esgoto	98,50%	88,05%	78,33%	49,84%
Índice coleta de esgoto	81,05%	76,71%	66,98%	54,87%
Índice tratamento de esgoto	100,00%	73,17%	65,40%	70,87%

Fonte: SNIS 2014

Este desempenho faz com que Ribeirão Preto se situe, recorrentemente, nas primeiras colocações do “Ranking do Saneamento Básico nas 100 Maiores Cidades”, realizado pelo Instituto Trata Brasil, de acordo com as condições de saneamento básico no município. Este ranking é nacional, leva em consideração os dados oficiais do SNIS, e é divulgado anualmente. A tabela a seguir ilustra o município de Ribeirão Preto em 8º (oitavo) lugar

na colocação, entre as 100 (cem) maiores cidades do país no último ranking divulgado com base nos dados do SNIS do ano de 2014. Vale destacar que a posição de Ribeirão Preto no ranking só não é superior em função dos baixos investimentos e das elevadas perdas de água. Em termos de cobertura a posição de Ribeirão Preto é ainda melhor.

Tabela 2 – Ranking de Saneamento - 2014

MUNICÍPIO	UF	RANKING 2014	OPERADOR	NOTA TOTAL
Franca	SP	1	SABESP	9,46
Londrina	PR	2	SANEPAR	9,19
Uberlândia	MG	3	DMAE	8,98
Maringá	PR	4	SANEPAR	8,92
Santos	SP	5	SABESP	8,89
Limeira	SP	6	ODEBRECHT AMBIENTAL	8,87
São José dos Campos	SP	7	SABESP	8,78
Ribeirão Preto	SP	8	DAERP	8,74
Jundiaí	SP	9	DAE	8,66
Ponta Grossa	PR	10	SANEPAR	8,63

Fonte: Instituto Trata Brasil

2. CONSUMO MÉDIO E TARIFAS DE ÁGUA

Outro indicador interessante a ser observado é o de consumo médio per capita de água. Percebe-se que o montante consumido no município é muito elevado comparativamente a outras regiões, chegando a 290,15 l/hab./dia (litros por habitante por dia) em 2014, enquanto a média brasileira para o mesmo ano é de apenas

161,96 l/hab./dia. Este índice é calculado com base no volume de água consumido menos o volume de água tratada exportado dividido pela população total atendida com abastecimento de água. O consumo per capita de Ribeirão Preto é mais de 60% superior à média do estado de São Paulo e 80% maior que a média nacional.

Tabela 3 – Consumo médio per capita de água (l/hab./dia)

	2010	2011	2012	2013	2014
RIBEIRÃO PRETO	243,40	256,10	291,00	287,44	290,15
ESTADO DE SP	184,70	186,80	192,58	187,97	179,40
REGIÃO SUDESTE	185,90	189,70	194,77	194,02	187,90
BRASIL	159,00	162,60	167,51	166,29	161,96

Fonte: SNIS

O elevado consumo per capita pode ser explicado por características específicas do município como clima, oferta de recursos hídricos, cultura, etc., além de níveis de renda per capita mais elevados comparativamente ao resto do país. Mas este também pode sinalizar problemas na gestão do sistema de água. O elevado consumo pode estar relacionado com um grande volume de perdas, tanto no sistema de distribuição como no sistema comercial.

Além destes problemas, um dos indicadores mais expressivos do município é o relacionado às tarifas de água praticadas, que são muito reduzidas, o que estimula o desperdício e aumenta a demanda. Podemos analisar a dimensão da diferença entre a tarifa praticada no município e a média praticada no Estado de São Paulo, na região Sudeste, no país e também em municípios atendidos pela SABESP e em municípios com estrutura semelhante à de Ribeirão Preto pela tabela a seguir.

Tabela 4 – Tarifa média de água (R\$/m³)

	2012	2013	2014
RIBEIRÃO PRETO	1,66	1,57	1,66
ESTADO DE SP	2,27	2,38	2,31
REGIÃO SUDESTE	2,47	2,59	2,69
BRASIL	2,6	2,85	2,99
MUNICÍPIOS SABESP	2,59	2,71	2,57
SOROCABA	2,01	2,02	2,2
LIMEIRA	1,94	2,04	2,09

Fonte: SNIS

Observa-se que a média praticada no município corresponde a 70% da verificada no Estado de São Paulo e 55% da praticada no país. Municípios como Sorocaba e Limeira apresentam tarifas 33% e 26% superiores em 2014, respectivamente. Este baixo valor das tarifas pode gerar uma demanda excessiva de água no município reforçado pelos fatores já mencionados. Vale destacar a distorção quando se compara a renda elevada do município e as baixas tarifas praticadas em relação as regiões mais pobres do país (Norte e Nordeste) que tendem a ter as maiores tarifas em função de custos elevados de produção e piores indicadores de cobertura.

A aplicação de reajustes na tarifa do DAERP não segue uma regra estável. As tarifas ficaram sem reajustes nos anos de 2012 e 2013, e, depois, foram reajustadas em 13,7% e 20,5% respectivamente em 2014 e 2015. O último reajuste foi feito em junho de 2015. Observa-se que as decisões de reajuste não guardam qualquer relação com o comportamento da inflação, com a evolução dos custos de produção ou com uma política tarifária que visa garantir os investimentos, ou seja, os reajustes não possuem uma lógica definida.

Os reajustes têm se mostrado insuficientes para repor a inflação e também para absorver choques de custos como a elevação das tarifas de energia elétrica em 2015, sendo que este é um dos principais componentes de despesas do DAERP. Além disso, as baixas tarifas afetam o resultado financeiro do departamento e sua capacidade de investimento.

3. PRODUÇÃO DE ÁGUA

Para atender o elevado volume de consumo per capita é necessário um grande volume de água produzida. O município apresenta volumes produzidos de água superiores a 94 (noventa e quatro) milhões de m³/ano. Municípios com quantidade de habitantes atendidos com abastecimento de água similar a Ribeirão Preto, tais como Sorocaba e Uberlândia, apresentam volumes produzidos anualmente próximos a 75 (setenta e cinco) milhões de m³/ano, ou seja, a produção de água do município tem que ser 25% superior à de municípios de porte semelhante para poder atender o consumo elevado estimulado pelas baixas tarifas e pelas elevadas perdas na distribuição.

Tabela 5 – Volume Produzido de Água (m³/ano)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ATENDIDA ABAST. ÁGUA	VOLUME PRODUZIDO ÁGUA (m ³ /ano)
Ribeirão Preto	658.057	94.144.000
Uberlândia	654.681	76.623.400
Sorocaba	624.443	74.244.710

Fonte: SNIS 2014

A necessidade de produção de água tende a aumentar com o crescimento do número de ligações, que se amplia com o crescimento populacional e a expansão territorial do município, acompanhando o aumento do número de moradias. Nos últimos

quatro anos, o número de ligações de água cresceu em torno de 1,5% a.a., enquanto a população atendida pelo abastecimento de água cresceu em torno de 2% a.a. no mesmo período.

Tabela 6 – Evolução Ligações de Água x População

	2010	2011	2012	2013	2014
Nº DE LIGAÇÕES DE ÁGUA	179.910	182.131	185.858	189.080	190.647
POPULAÇÃO ATENDIDA	603.401	610.602	617.987	647.713	658.057
CRESCIMENTO Nº LIGAÇÕES ÁGUA	-	1,2%	2,0%	1,7%	0,8%
CRESCIMENTO POPULAÇÃO ATENDIDA	-	1,2%	1,2%	4,8%	1,6%

Fonte: SNIS

Assim, o elevado consumo per capita, combinado ao fato de ser Ribeirão Preto um polo de desenvolvimento regional em constante crescimento, implica em uma necessidade cada vez maior de produção de água potável para atender esta população crescente nos níveis atuais de consumo. Este ponto coloca uma série de dúvidas e riscos em relação à dependência do município da exploração de água do aquífero Guarani, que dispõe de poucos estudos sobre a sua capacidade de exploração e de resultados muito diferenciados.

4. INDICADORES DE EFICIÊNCIA

Alguns indicadores poderiam ser utilizados para analisar a eficiência do provedor de serviços. Um indicador geralmente utilizado é o de perdas de água que decorre tanto de perdas físicas como de perdas comerciais (faturamento). Aparentemente, os dois tipos de perdas são elevados no município. O sistema de distribuição no município foi desenvolvido de forma desordenada, e necessita de obras para melhoria do estado de conservação dos materiais e ampliação da rede. Apesar do sistema ser baseado em

poços que tenderiam a gerar menor pressão e, por consequência, menores perdas físicas, a manutenção inadequada deste gera um elevado volume de perdas ocasionadas por vazamentos nos reservatórios, caixas de sucção de estações elevatórias, adutoras, redes distribuidoras e ramais prediais. O monitoramento das perdas é bastante incipiente, o que dificulta a sua redução no estágio atual.

O sistema comercial, formado pela hidrometração, cadastro comercial, leitura, faturamento, entrega, cobrança, arrecadação e atendimento ao público parece gerar perdas ainda mais significativas em função de problemas de medição ocasionados pela falta de hidrômetros ou pela má condição destes, fraudes em ligações ativas, ligações clandestinas, e de mecanismos de cobrança ineficientes, o que acarreta grande perda no faturamento. Apesar do índice de hidrometração do município ser de 100%, conforme dados do SNIS 2014, de acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico de Ribeirão Preto, o sistema de hidrometração apresenta idade elevada, e não há um monitoramento adequado do seu estado de funcionamento e da manutenção dos mesmos, o que acarreta graves erros de medição.

Tabela 7 – Índice de Perdas Totais de Faturamento (%)²

	2009	2010	2011	2012	2013
RIBEIRÃO PRETO	46,4	45,5	41,9	32,6	34,2
CAMPINAS	16,4	15,7	15,6	15,9	15,0
UBERLÂNDIA	27,9	23,4	20,8	24,6	26,4
FRANCA	16,8	16,9	17,2	16,4	13,5
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	32,7	32,4	30,2	31,3	30,1
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	29,1	27,3	28,6	24,7	26,6
LIMEIRA	9,9	9,2	11,8	11,5	11,2
JUNDIAÍ	24,4	27,2	24,8	25,5	31,0

Fonte: [Shttp://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/perdas-de-agua/Tabela-das-100-cidades.pdf](http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/perdas-de-agua/Tabela-das-100-cidades.pdf)

Observa-se que o índice de perdas no município supera as médias de municípios com portes semelhantes. Pode-se comparar, por exemplo, com Campinas, gerido por uma empresa municipal, e Limeira, no qual a prestação de serviços é concedida ao setor privado. Os dois municípios apresentam níveis de perdas significativamente inferiores ao de Ribeirão Preto³. O elevado volume de perdas, além de requerer uma maior produção de água gera um aumento de custos e menor capacidade de financiamento do provedor em função das perdas de receita.

Dentre os principais componentes de custo no setor de água e esgoto encontra-se o consumo de energia elétrica. No caso de Ribeirão Preto a necessidade de manter o funcionamento ininterrupto dos poços, muitos dos quais bastante antigos e ineficientes, acaba resultando em um consumo excessivo de energia elétrica. A tabela a seguir apresenta o consumo médio de energia por água distribuída.

Tabela 8 – Índice de consumo de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água (kWh/m³)

	2012	2013	2014
RIBEIRÃO PRETO	1,42	1,38	1,47
ESTADO DE SP	0,66	0,65	0,72
REGIÃO SUDESTE	0,64	0,64	0,69
BRASIL	0,69	0,68	0,71

Fonte: SNIS

² Como já mencionado em diversos trabalhos, os dados do SNIS são auto declaratórios, isto é, os próprios provedores fornecem as informações.

³ Apesar da forte redução das perdas informada pelo provedor a partir de 2012. Deve ser estudado em maior profundidade esta redução.

Pela análise dos dados, percebemos que o índice de consumo de energia elétrica no sistema de abastecimento de água do município encontra-se em um patamar elevado, praticamente o dobro da média observada para o Estado de SP, região Sudeste e país nos últimos anos. Assim, além da baixa eficiência energética no que diz respeito ao uso de energia, as elevadas perdas de água e seu consumo excessivo no município provocam uma utilização muito alta de energia, que representa um outro problema econômico e ambiental.

5. EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

As reduzidas tarifas do município e alguns problemas de eficiência na provisão dos serviços resultam em baixo resultado financeiro e reduzida capacidade de investimento do DAERP. Os baixos investimentos contribuem para reforçar uma série de ineficiências do sistema como, por exemplo, as perdas de

água. Outro ponto é a não universalização na coleta de esgoto, principalmente, nas áreas de expansão recente do município. Este ponto foi, inclusive objeto da assinatura de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o ministério público. E, por fim, cabe destacar a falta de investimentos na modernização do sistema produtor de água e na implantação de um sistema alternativo de produção que amplie a segurança hídrica para o município e reduza sua dependência de captação do Aquífero Guarani.

Em relação aos investimentos observa-se, na tabela a seguir, a evolução do montante de investimentos realizados pelo DAERP nos últimos anos discriminados pelos segmentos de água e esgoto. Observa-se uma forte concentração dos investimentos no abastecimento de água. O investimento médio no período foi inferior a R\$ 13 milhões por ano, mesmo considerando apenas o período 2010/14, em que houve um forte aumento do montante investido. Percebe-se que quase a totalidade dos investimentos se dá no abastecimento de água.

Tabela 9 – Investimentos realizados pelo DAERP – 2007-2014 (R\$)

	Água	Esgoto	Outros	Total
2007	2.044.010	122.143	44.400	2.210.554
2008	8.720.176	197.439	864.974	9.782.588
2009	2.373.756	59.062	880.665	3.313.483
2010	8.370.569	495.109	1.407.179	10.272.856
2011	9.641.259	290.092	740.139	10.671.489
2012	15.228.712	909.409	428.587	16.566.707
2013	17.670.835	158.844	1.746.857	19.576.536
2014	6.359.940	348.745	3.686.852	10.395.537

Fonte: SNIS

Em termos de fonte de financiamento, pode-se verificar na tabela a seguir que a maior parte dos investimentos foi financiada com recursos próprios. Uma pequena parcela decorreu de recursos não-onerosos - que corresponde a recursos repassados pela União - com destaque para os anos 2011 e 2013, em que se recebeu verbas de convênio do PAC e do Fehidro que viabilizaram um aumento significativo do montante investido. Os recursos não-onerosos da União devem ter um pequeno peso em municípios como Ribeirão Preto, que possuem níveis de renda alta e densidade populacional que proporcionam escala suficiente para a provisão em custos menores, além de um elevado desenvolvimento. Os recursos não-onerosos devem ser direcionados prioritariamente para municípios pequenos e de baixa renda em que a dificuldade de cobertura é maior e a capacidade de pagamento dos habitantes é menor.

Vale notar, também, a irrelevância dos recursos onerosos, em geral obtidos junto a CEF e ao BNDES no caso brasileiro, que reflete

uma série de questões: a baixa capacidade de endividamento do DAERP, o fato dele fazer parte da administração pública municipal e enfrentar os limites de endividamento impostos pela LRF além dos contingenciamentos de créditos impostos a órgãos públicos, concorrer nos escassos limites de endividamento com outras demandas municipais – mobilidade urbana, saúde, entre outros -, enfim, a modalidade de financiamento dos investimentos do DAERP reflete as características institucionais brasileiras e a forte dependência de provedores públicos da geração de recursos próprios.

Assim, a menor atratividade de Ribeirão Preto para receber recursos não-onerosos, os limites existentes para a captação de recursos onerosos pelo DAERP e seus problemas para a geração de excedentes financeiros - baixas tarifas e problemas de eficiência como elevado índice de perdas – explicam a baixa capacidade de investimento no setor no município.

Tabela 10 – Investimentos realizados pelo DAERP por fonte de recursos – 2007-2014 (R\$)

	Rec.Próprios	Onerosos	Não-Onerosos
2007	2.210.554	0	0
2008	9.452.588	0	330.000
2009	2.963.482	0	350.000
2010	9.759.395	0	513.462
2011	6.142.495	0	4.528.995
2012	15.535.580	0	1.031.127
2013	3.895.292	0	15.681.244
2014	9.440.722	0	954.816

Fonte: SNIS

É interessante comparar os investimentos realizados em Ribeirão Preto em saneamento em relação a outros municípios e regiões. Para tal consideramos os seguintes indicadores: investimento em água/ligações de água, investimento em

esgoto/ligações de esgoto e investimento total por população total. Observa-se pelos dados da tabela a seguir que por qualquer indicador que se considere, o montante investido em Ribeirão Preto é muito baixo. Com destaque negativo para o investimento em

esgoto. Se considerarmos, por exemplo, o investimento total por habitante constata-se que o investimento no município é menos de 20% do valor médio verificado no Estado de São Paulo, 25% do

observado na região Sudeste e 30% daquele realizado no Brasil no ano de 2014.

Tabela 11 – Indicadores de Investimento – 2014 – R\$

	Inv. Agua/Ligações	Inv Esg/Ligações	Inv Total/Pop Total
RIBEIRÃO PRETO	33,36	1,86	16,27
ESTADO DE SP	101,33	161,56	93,44
REGIÃO SUDESTE	81,31	161,54	69,18
BRASIL	87,86	181,83	54,15
SABESP	134,52	235,91	117,44
LIMEIRA	32,42	148,08	67,69

Fonte: SNIS, IBGE e Fundação SEADE

Outro indicador que poderia ser utilizado para demonstrar a capacidade de investimento no setor é o montante investido em relação a arrecadação total dos provedores de serviço. A tabela a seguir apresenta essa informação para vários municípios do Estado de São Paulo segundo o tipo de provedor, para que possamos controlar as diferenças quando o provedor é público local, privado ou a companhia estadual (SABESP). E para evitar distorções de considerar apenas um ano, a tabela apresenta o indicador para

2014 e para a média do período 2007-2014. Observa-se que o padrão médio de investimento de Ribeirão Preto é extremamente baixo, situando-se na faixa de 6% da arrecadação do DAERP. Autarquias municipais semelhantes ao DAERP investiram, em média, mais de 20% da arrecadação, as empresas privadas acima de 40% e nos municípios atendidos pela SABESP o montante se aproxima de 24%.

Tabela 12 – Investimento Sobre Receita em Municípios Paulistas

Município	Inv./ Arrecad. (2014)	Inv./ Arrecad. (média 2007-2014)	Tipo prestador	População em 2014
Campinas	19,03%	20,98%	Emp. Pública Mun.	1.154.617
Guarulhos	16,89%	34,52%	Emp. Pública Mun.	1.312.197
Ribeirão Preto	8,02%	6,04%	Emp. Pública Mun.	658.059
Santo André	1,64%	14,37%	Emp. Pública Mun.	707.613
São José do Rio Preto	44,97%	28,39%	Emp. Pública Mun.	438.354
Sorocaba	2,74%	20,45%	Emp. Pública Mun.	637.187

Média Autarquia	15,55%	20,79%		
Araçatuba	28,06%	13,85%	Empresa Privada	191.662
Itu	46,16%	77,34%	Empresa Privada	165.511
Jundiá	29,23%	25,87%	Empresa Privada	397.965
Limeira	18,93%	17,65%	Empresa Privada	294.128
Mauá	136,92%	60,19%	Empresa Privada	448.776
Porto Ferreira	52,75%	57,00%	Empresa Privada	54.413
Média Empresa Privada	52,01%	41,98%		
Franca	66,63%	32,03%	SABESP	339.461
Itaquaquecetuba	22,25%	23,93%	SABESP	348.739
Osasco	34,12%	13,29%	SABESP	693.271
Santos	3,06%	33,35%	SABESP	433.565
São Bernardo do Campo	22,70%	15,54%	SABESP	811.489
São José dos Campos	52,96%	32,41%	SABESP	681.036
São Paulo	27,60%	18,44%	SABESP	11.895.893
São Vicente	28,22%	21,06%	SABESP	353.040
Média SABESP	32,19%	23,76%		

Fonte: SNIS

A tabela e o gráfico a seguir mostram a diferença de montantes de investimento entre o valor realizado pelo município de 2007 a 2014, e o valor que seria investido anualmente caso o município atingisse o patamar do Estado de São Paulo, com investimentos da ordem de 26% da arrecadação. Observa-se que

no período como um todo o município investiu R\$82,8 milhões enquanto se tivesse investido a média dos provedores que operam no Estado de São Paulo, teria investido R\$381,5 milhões, isto é uma diferença de R\$298 milhões.

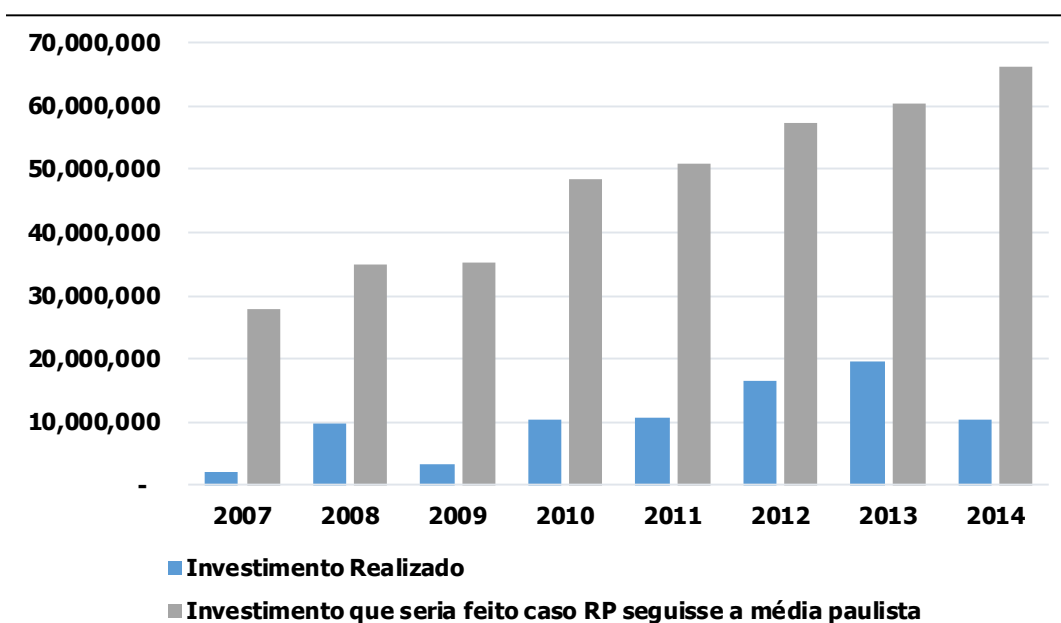
Tabela 13 – Investimento Realizado DAERP x Investimento Previsto caso igualasse a Média de prestadores do Estado de São Paulo

Ano	Arrecadação Ribeirão Preto	Investimento Realizado	Investimento - média SP	Diferença
2007	103.851.982	2.210.554	27.801.897	25.591.343
2008	130.917.178	9.782.588	35.047.438	25.264.850
2009	131.535.037	3.313.483	35.212.843	31.899.360
2010	180.728.517	10.272.856	48.382.279	38.109.423
2011	190.375.528	10.671.489	50.964.851	40.293.362
2012	214.407.719	16.566.707	57.398.436	40.831.728

2013	225.920.443	19.576.536	60.480.472	40.903.936
2014	247.210.966	10.395.537	66.180.093	55.784.555
TOTAL	1.424.947.370	82.789.751	381.468.309	298.678.558

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do SNIS.

Figura 1 – Investimento Realizado x Média Paulista em Ribeirão Preto



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do SNIS.

Outro ponto a ser analisado é o montante de investimentos previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico de Ribeirão Preto (PMSB-RP). Neste planejamento, feito para os próximos vinte anos, está previsto um total de R\$ 1.943.947.000,00 em investimentos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Ou seja, o PMSB-RP, aprovado

recentemente, prevê um investimento médio anual da ordem de R\$ 97,2 milhões para os próximos 20 anos. A média que o DAERP tem investido nos últimos anos é da ordem R\$ 13 milhões. Ou seja, o investimento teria que aumentar mais de 7 vezes para alcançar as metas estabelecidas no PMSB-RP.

Tabela 14 – Resumo dos Investimentos nos Sistemas - PMSB

Serviço	Custo Total	Curto Prazo 2015 - 2018	Médio Prazo 2019 - 2022	Longo Prazo 2023 – 2034
Sistema de Abastecimento de Água	1.212.506.000	172.331.000	127.944.000	912.231.000
Sistema de Esgotos Sanitários	731.470.000	182.521.000	167.957.000	380.992.000
Total Geral de Investimentos	1.943.947.000	354.823.000	295.901.000	1.293.223.000
Média Anual de Investimentos	97.197.350	88.705.750	73.975.250	107.768.583

Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico de Ribeirão Preto

Assim, a estrutura atual se mostra incapaz de alcançar o montante de recursos necessários para fazer frente a necessidade de investimentos do setor no município. Os excedentes financeiros gerados pelo DAERP são insuficientes em função das baixas tarifas,

e as ineficiências apresentadas e as possibilidades de obter recursos onerosos e não-onerosos de outras fontes também é bastante limitado.